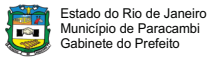


**GABINETE DO PREFEITO**



**= LEI ORDINÁRIA Nº 1.869, DE 29 DE JULHO DE 2025 =**

Assunto: Institui Políticas Públicas Municipais de Incentivo a Ciência, Tecnologia e Inovação e dá outras providências;

**I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Esta Lei estabelece medidas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no Município, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços públicos municipais de forma específica, nos termos da legislação vigente e da Lei Orgânica do Município de Paracambi, com vistas:

I. À melhoria das condições de vida de sua população, notadamente no que se refere aos padrões de saúde, educação, habitação, lazer, emprego, transporte, ambiente e infraestrutura;

II. Ao fortalecimento e à ampliação da base técnico-científica do Município, constituída por entidades de ensino, pesquisa e prestação de serviços técnico especializado e por unidades de produção e de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico;

III. À criação de empregos e renda no âmbito do Município, mediante aumento e a diversificação das atividades econômicas que tenham por base a geração e a aplicação de conhecimento técnico e científico;

IV. Ao aprimoramento das condições de atuação do poder público municipal, notadamente no que se refere à identificação e ao equacionamento das necessidades urbanas e rurais e ao aproveitamento das potencialidades locais;

V. À disseminação da cultura inovadora e empreendedora em todas as áreas de atuação ao alcance do Município.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei considera-se:

I. Entidade gestora – instituição de direito público, privado ou instituição sem fins lucrativos como responsável pela gestão do ambiente de inovação;

II. Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

III. Tecnologia: é o conjunto de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços e integra não só os conhecimentos científicos, mas, os conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiência, atitudes específicas e tradição;

IV. Empreendedorismo inovador: é a iniciativa e a capacidade de promover a criação e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;

V. Processo de inovação tecnológica: é o conjunto de atividades práticas para transformar uma ideia, invenção ou oportunidade em uma solução inovadora na forma de um processo, produto, serviço ou sistema com características diferenciadas;

VI. Ecossistemas de inovação - espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do

conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos; e mecanismos de geração de empreendimentos.

VII. Instituição científica, tecnológica e de INOVAÇÃO PÚBLICA ICT pública - aquela abrangida pelo inciso V do caput do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004, integrante da administração pública direta ou indireta incluídas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

VIII. Instituição científica, tecnológica e de INOVAÇÃO PRIVADA - ICT privada - aquela abrangida pelo inciso V do caput do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004, constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

IX. Parque tecnológico e de inovação: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTIs, com ou sem vínculo entre si;

X. Polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICTI, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias;

XI. Ambiente e ou Hub de inovação: é um ambiente que estimula e apoia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica compartilhada, de formação complementar do empreendedor e do suporte para alavancagem de negócios e recursos visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade, dotada de uma entidade gestora pública ou privada;

XII. Bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento;

**Art. 3º.** O Município incentivará a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas e em entidades brasileiras de direito privado sem fins lucrativos, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos e destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades das políticas de desenvolvimento econômico, tecnológico e de inovação do município.

§ 1º. São instrumentos de estímulo à inovação nas empresas, quando aplicáveis, entre outros:

o Subvenção econômica;

o Financiamento;

o Participação societária;

o Bônus tecnológico;

o Encomenda tecnológica (ETEC);

o Incentivos fiscais;

o Concessão de bolsas;

- o Uso do poder de compra do Município;
- o Fundos de investimentos;
- o Fundos de participação;
- o Títulos financeiros, incentivados ou não;
- o Lei do Bem;
- o Regime Diferenciado de Contratação Pública (RDC);
- o Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I);
- o Contratos Públicos para Soluções Inovadoras (CPSI);
- o Previsão de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais.

**CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 4º.** Para a realização dos objetivos desta Lei são constituídos para fins de estruturação do ambiente de inovação:

- Sistema Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi - (SMITP);
- Conselho Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi - (CMITP);
- Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi - (FMITP);
- Selo de Inovação Tecnológica de Paracambi;
- Plano de Sustentabilidade e de Inovação do Executivo Municipal;
- Contratação de recursos humanos para a gestão, coordenação e funcionamento.

**CAPÍTULO III  
DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO**

**SEÇÃO I  
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PARACAMBI (SMITP)**

**Art. 5º.** Fica instituído o Sistema Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi, tendo por objetivo viabilizar:

- A articulação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam Direta ou indiretamente no desenvolvimento de Inovação em prol da municipalidade;
- A estruturação de ações mobilizadoras do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Município;
- O incremento das interações entre seus membros, visando ampliar assineria das atividades de desenvolvimento da inovação e;
- A construção de canais e instrumentos qualificados de apoio à inovação para o desenvolvimento sustentável e para a transição à economia verde.

**Art. 6º.** Integram o Sistema Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi:

- O Conselho Municipal de Inovação e seus membros;
- A Administração Pública Municipal por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Municipal de Assuntos Especiais e Captação de Recursos;
- As instituições de ensino superior, tecnológico e profissionalizantes estabelecidas no Município;
- As associações, entidades representativas de categoria econômica ou profissional, agentes de fomento, instituições públicas e privadas, que atuem em prol da ciência, tecnologia e inovação domiciliadas no município de Paracambi;
- O Polo Tecnológico de Paracambi, os Parques Tecnológicos e de inovação e as incubadoras de empresas inovadoras de Paracambi;
- As empresas com projetos inovadores com estabelecimento no município de Paracambi, indicadas por suas respectivas entidades empresariais;

**Art. 7º.** Poderão ser credenciadas ao Sistema Municipal de Inovação Tecnológica, segundo regulamento aprovado pelo Conselho Municipal de Inovação, unidades de promoção e serviços de apoio às empresas de base tecnológicas, ou inovadoras, que atuem nos seguintes ramos:

- Internacionalização e comércio exterior;
- Propriedade intelectual;
- Fundos de investimento e participação;
- Consultoria tecnológica, empresarial e jurídica a empresa(s) de base tecnológica;
- Condomínios empresariais do setor tecnológico;
- Mídias de divulgação científica, tecnológica e de inovação;
- Organização de eventos científicos, tecnológicos e de inovação;
- Outros que forem julgados relevantes pelo Conselho Municipal de Inovação;

§1º. O credenciamento terá validade de quatro anos, contados da sua concessão, sendo que a renovação se dará na forma do regulamento.

§2º. O Município poderá realizar investimentos diretos e indiretos, inclusive de infraestrutura, em bens públicos que dão suporte aos mecanismos de promoção da inovação.

**Art. 8º.** Para fazer parte do Sistema Municipal de Inovação a entidade interessada deverá tornar público, no uso do portal da Prefeitura Municipal e/ou submissão direta ao executivo municipal, o seu plano de ação no setor e sua convergência com as diretrizes de inovação do Município, submetendo-se a aprovação pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Art. 9º.** O Sistema Municipal de Inovação promoverá uma política de fomento, prioritariamente, através do desenvolvimento do Polo de Ciência, Tecnologia e Inovação e iniciativas similares, das incubadoras de empresas inovadoras e dos arranjos promotores de inovação, estabelecidos no Município de Paracambi.

**SEÇÃO II  
DO CONSELHO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PARACAMBI (CMITP)**

**Art. 10.** Fica criado o Conselho Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi, com caráter deliberativo no âmbito específico de suas competências, finalidades e objetivos, responsável por:

- Formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do Município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- Promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;
- Promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas de que trata esta Lei;
- Contribuir na política de inovação a ser implementada pela administração pública municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;
- Sugerir políticas de captação e alocação de recursos para as finalidades da presente Lei;
- Fiscalizar e avaliar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação, conforme estabelecido nesta Lei;
- Deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de Inovação no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta Lei Complementar;
- Acompanhar através de análise de relatório de atividades e do balanço geral a execução do Plano Municipal de Inovação e do Plano Municipal de Sustentabilidade das unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal, quando couber e/ou sem a obrigatoriedade de todas as unidades;
- Definir políticas de aplicação dos recursos do Programa de Incentivo à Inovação, conforme estabelecido nesta Lei;

X. Aprovar seu Regimento Interno;

XI. Colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros Municípios, Estados, União;

XII. Propor ao Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação o aperfeiçoamento profissional e a introdução de métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

XIII. Incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;

XIV. Promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde;

XV. Deliberar sobre a criação de grupos de trabalho e/ou a instituição de projetos, visando concretizar os objetivos nesta Lei; e XVI. Fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Inovação e do Programa Municipal de Incentivo a Inovação, nos termos estabelecidos nesta Lei Complementar.

§1º. A direção do Conselho Municipal de Inovação será exercida pelo Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário Geral e uma Secretaria Executiva.

§2º. O Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, será o Presidente nato do Conselho Municipal de Inovação.

§3º. O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado, mas será considerado serviço público relevante.

**Art. 11.** O Conselho Municipal de Inovação será constituído paritariamente por 12 (doze) membros vinculados à administração municipal, à comunidade científica, tecnológica e de inovação, às entidades empresariais e à sociedade civil organizada, distribuídos da seguinte forma:

- Três representantes do poder público municipal;
- Três representantes das instituições de ensino superior, tecnológico e profissionalizante estabelecidos no município;
- Seis representantes de associações empresariais, entidades representativas de categoria econômica ou profissional, agentes de fomento, instituições públicas e privadas, que atuem em prol da ciência, tecnologia e inovação domiciliadas no município, representantes de parques tecnológicos, incubadoras de empresas inovadoras de Paracambi, entidades empresariais e sociedade civil organizada, todos do Município de Paracambi.

§1º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Inovação, de que tratam os incisos II a III, terá duração de 3 (três) anos, tendo a seus membros a função de designar, realizar novas convocações e ou desligar quaisquer membros participantes. Caso algum membro se retire, o conselho deverá realizar a eleição de um novo membro para compor a mesa gestora do conselho.

§2º. O Quórum para deliberação deverá ter no mínimo a metade mais um dos membros do Conselho a que trata esse artigo.

§3º. As deliberações deste Conselho Municipal de Inovação deverão ser aprovadas por maioria absoluta dos presentes, sendo em caso de empate, o voto do presidente da reunião, o de qualidade.

§4º. Fica criado no âmbito deste Conselho, o Comitê Consultivo constituído por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, indicados e aprovados pelos membros do Conselho Deliberativo.

**Art. 12.** Compete ao Conselho Municipal de Inovação:

I Deliberar sobre o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo e publicar o respectivo relatório anual de atividades;

II. Fixar, em regulamento, os critérios e condições de acesso aos recursos do Fundo;

III. Fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos pelo Fundo;

IV. Deliberar sobre a concessão de recursos aos projetos apresentados;

**Art. 13.** A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Inovação funcionará junto à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;

**Art. 14.** Compete à Secretaria Executiva:

I. Organizar as reuniões e dar suporte às atividades do Conselho Municipal de Inovação;

II. Ser responsável pela publicidade das atas, formalização das deliberações e atos do Conselho Municipal de Inovação e pela organização de seu protocolo geral;

III. Coordenar e efetivar atividades para o aperfeiçoamento dos serviços e produtos públicos municipais, no que concerne às atividades interdisciplinares e/ou multidisciplinares;

IV. Constituir e apoiar os grupos de trabalho para viabilizar a execução de estudos, projetos e outras atividades propostas pelo Conselho Municipal de Inovação.

**Art. 15.** A Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Paracambi poderá alocar recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento do espaço municipal de inovação, a disposição de pessoas chave é de suma importância.

§1º A equipe está descrita abaixo, composta pelos seguintes membros titulares:

I. Comitê Executivo

Gestor da inovação, bolsista que deve ser capaz de criar o futuro e antecipar-se a tendências. Articulador deve trabalhar com planos de curto, médio e longo prazo. Deve incluir experiência e relacionamento de mercado, negócios, proposições e operações. Promover a formação de recursos humanos em áreas estratégicas para o desenvolvimento Municipal, prospectar recursos para a instalação de projetos e programas diretamente ou em parceria com o setor público-privado.

II. Comitê Coordenativo

Agente de Inovação, bolsista capaz de traduzir os desafios estratégicos para os residentes dos programas na construção de um portfólio de projetos e iniciativas de inovação. Ao mesmo tempo deve ser capaz de realimentar a formulação dos programas instalados, definir escopo de projetos de desenvolvimento tecnológico, avaliação de propriedade intelectual e acompanhamento do desenvolvimento científico. Um líder de inovação, um executivo altamente flexível e adaptável capaz de gerar valor sustentável e crescimento empresarial local Comitê Operacional Equipe local de limpeza para manter as áreas comuns, sala de reuniões e escritório no seu melhor estado. Duas colaboradoras de apoio, disponível das 8h às 20h, de segunda a sexta, para fornecer e manter o escritório funcionando sem contratempos.

### SEÇÃO III INOVA PARACAMBI - PBITEC

**Art. 16.** Fica instituída a marca mista, nominativa e figurativa, que caracteriza o município de Paracambi como INOVA PARACAMBI - PBITEC, com o objetivo de identificar a participação das entidades integrantes do Sistema Municipal de Inovação credenciados, nas ações de inovação do Município e indicar a procedência de serviços e produtos das empresas inovadoras de Paracambi.

**Art. 17.** A marca poderá ser utilizada pelas empresas e organizações participantes do Sistema Municipal de Inovação, credenciados pelo Conselho Municipal de Inovação e outras entidades autorizadas pelo mesmo Conselho, de forma complementar, em portais, prospectos, projeções, publicações, cartazes, filmes e outros elementos de promoção, divulgação e informações.

**Art. 18.** Caberá ao Poder Executivo Municipal, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, a aprovação do leayte da marca, a regulamentação dos requisitos de aplicação da marca, como também dos procedimentos para o requerimento e autorização de uso, bem como o registro da mesma, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

### SEÇÃO IV DAS ALIANÇAS ESTRATÉGICAS E DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO

**Art.19.** A administração pública direta, indireta, autárquica, fundacional, empresas públicas, sociedades de economia mistas e suas controladas e as agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolva empresas, ICT e entidades privadas sem fins lucrativos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de



tecnologia.

§1º O apoio previsto no caput poderá contemplar:

I. As redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica;

II. As ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes promotores da inovação, incluídos os parques e os polos tecnológicos e as incubadoras de empresas; e

III. A formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

§2º Para os fins do disposto no caput, as alianças estratégicas poderão envolver parceiros estrangeiros, especialmente quando houver vantagens para as políticas de desenvolvimento tecnológico e industrial na atração de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas estrangeiras.

§3º Na hipótese de desenvolvimento de projetos de cooperação internacional que envolva atividades no exterior, as despesas que utilizem recursos públicos serão de natureza complementar, conforme instrumento jurídico que regule a aliança, exceto quando o objeto principal da cooperação for a formação ou a capacitação de recursos humanos.

§4º Quando couberem, as partes deverão prever, em instrumento jurídico específico, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria.

§5º As alianças estratégicas e os projetos de cooperação poderão ser realizados por concessionárias de serviços públicos por meio de suas obrigações legais de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**SEÇÃO V  
DOS AMBIENTES PROMOTORES DA INOVAÇÃO**

**Art.20** A administração pública direta, as agências de fomento e as ICT poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICT.

§1º Para os fins previstos no caput, a administração pública direta, as agências de fomento e as ICT públicas poderão:

I. Ceder o uso de imóveis, sob o regime de cessão de uso de bem-público, para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação;

II. À entidade privada, com ou sem fins lucrativos, que tenha permissão institucional a gestão de ambientes promotores da inovação; ou

III. Diretamente às empresas e às ICT interessadas;

IV. Participar da criação e da governança das entidades gestoras de ambientes promotores da inovação, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução e operação;

V. Conceder, quando couber, financiamento, subvenção econômica, outros tipos de apoio financeiro reembolsável ou não reembolsável e incentivo fiscal e tributário, para a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação incluídos a transferência de recursos públicos para obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas em terrenos de propriedade particular, destinados ao funcionamento de ambientes promotores da inovação, em consonância com o disposto no art. 19, § 6º, inciso III, da Lei nº 10.973, de 2004, e observada a legislação específica; e

VI. Disponibilizar espaço em prédios compartilhados aos interessados em ingressar no ambiente promotor da inovação.

§2º A cessão de que trata o inciso I do § 1º será feita mediante contrapartida acordadas, das entidades, das empresas ou das ICT de que tratam as alíneas “a” e “b” do referido inciso.

§3º A transferência de recursos públicos, na modalidade não reembolsável, para obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas, quando realizada em terreno de propriedade de ICT privada e destinada à instalação de ambientes promotores da inovação, ficará condicionada à cláusula de inalienabilidade do bem ou formalização de transferência da propriedade à administração pública na hipótese de sua dissolução ou extinção.

§4º As ICT públicas e as ICT privadas beneficiadas pelo Poder Público

prestarão informações a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre os indicadores de desempenho de ambientes promotores da inovação, quando couber, na forma de norma complementar a ser editada pela Secretária Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§5º O apoio de que trata o caput poderá ser prestado de forma isolada ou consorciada, com empresas, entidades privadas, ICT ou órgãos de diferentes esferas da administração pública, observado o disposto no art. 218, § 6º, no art. 219, parágrafo único, e no art. 219-A da Constituição.

**Art.21.** na hipótese de dispensa de licitação de que tratam o art. 24, caput, inciso XXXI, da Lei nº 8.666, de 1993, e o art. 3º da Lei nº 10.973, de 2004, para fins da cessão de uso de imóveis públicos para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, caberá ao cedente:

Providenciar a publicação, em sítio eletrônico oficial, de extrato da oferta pública da cessão de uso, a qual conterá, no mínimo:

I. A identificação e a descrição do imóvel;

II. O prazo de duração da cessão;

III. A finalidade da cessão;

IV. O prazo e a forma de apresentação da proposta pelos interessados;

V. Os critérios de escolha do cessionário;

Observar critérios pessoais de escolha, a qual será orientada:

I. Pela formação de parcerias estratégicas entre os setores público e privado;

II. Pelo incentivo ao desenvolvimento tecnológico;

III. Pela interação entre as empresas e as ICT; ou

IV. Por outros critérios de avaliação dispostos expressamente na oferta pública da cessão de uso.

§1º A oferta pública da cessão de uso será inexigível, de forma devidamente justificada e demonstrada, na hipótese de inviabilidade de competição.

§2º A cessão de uso ficará condicionada à apresentação, pelo interessado, de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Estaduais e Municipais e à Dívida Ativa Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, hipótese em que serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas.

§3º O termo de cessão será celebrado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade pública cedente, permitida a delegação, vedada a subdelegação.

§4º O cedente poderá receber os recursos oriundos da contrapartida financeira e será facultado ainda ao cedente dispor que tais receitas serão recebidas por ICT pública municipal diretamente ou, quando previsto em contrato ou convênio, por meio da fundação de apoio.

§5º A contrapartida não financeira poderá consistir em fornecimento de produtos e serviços, participação societária, investimentos em infraestrutura, capacitação e qualificação de recursos humanos em áreas compatíveis com a finalidade da Lei nº 10.973, de 2004, entre outras, que sejam economicamente mensuráveis.

§6º A cessão de uso terá prazo certo, outorgada por período adequado à natureza do empreendimento, admitidas renovações sucessivas, sem prejuízo da extinção da cessão caso o cessionário dê ao imóvel destinação diversa daquela prevista no instrumento.

§7º Encerrado o prazo da cessão de uso de imóvel público, a propriedade das construções e das benfeitorias reverterá ao outorgante cedente, independentemente de indenização, se as partes não houverem estipulado o contrário.

§8º É cláusula obrigatória do instrumento previsto neste artigo o envio de informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sobre os indicadores de desempenho de ambientes promotores da inovação, quando couber, na forma de norma complementar a ser editada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação.

§9º Na hipótese de imóvel de titularidade do Município, a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação fará a entrega do imóvel para fins da execução do empreendimento, observada a legislação patrimonial quanto à

utilização dos imóveis do Município.

**Art.22.** Na hipótese de cessão do uso de imóvel público, a entidade gestora poderá destinar a terceiros, áreas no espaço cedido para o exercício de atividades e serviços de apoio necessárias ou convenientes ao funcionamento do ambiente de inovação, tais como postos bancários, unidades de serviços de saúde, restaurantes, livrarias, creches, entre outros, sem que seja estabelecida qualquer relação jurídica entre o cedente e os terceiros.

**Parágrafo único:** O contrato de cessão deverá prever que a entidade gestora realizará processo seletivo para ocupação dos espaços cedidos para as atividades e os serviços de apoio de que trata o caput.

**Art.23.** As entidades gestoras privadas estabelecerão regras para:

I. Fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em parceria;

II. Seleção de empresas e instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com ou sem fins lucrativos, para ingresso nos ambientes promotores da inovação, observado o disposto na Lei nº 10.973, de 2004, e neste Decreto;

III. Captação de recursos, participação societária, aporte de capital criação de fundos de investimento, observado o disposto no art. 23 da Lei nº 10.973, de 2004, e na legislação específica e;

IV. Outros assuntos pertinentes ao funcionamento do ambiente promotor da inovação.

**Art.24.** Na hipótese de ambientes promotores da inovação que se encontrem sob a gestão de órgãos ou entidades públicas, a instituição gestora divulgará edital de seleção para a disponibilização de espaço em prédios compartilhados com pessoas jurídicas interessadas em ingressar nesse ambiente.

§1º O edital de seleção deverá dispor sobre as regras para ingresso no ambiente promotor da inovação e poderá:

I. ser mantido aberto por prazo indeterminado; e

II. Exigir que as pessoas jurídicas interessadas apresentem propostas a serem avaliadas com base em critérios técnicos, sem prejuízo da realização de entrevistas ou da utilização de métodos similares.

§2º Para o ingresso no ambiente promotor da inovação, a instituição gestora exigirá das interessadas a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Estaduais e Municipais e à Dívida Ativa Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e prova de regularidade relativa à Seguridade Social, hipótese em que serão consideradas regulares, para esse fim, as certidões positivas com efeito de negativas.

§3º A instituição gestora do ambiente da inovação poderá não exigir das interessadas a constituição prévia de pessoa jurídica nas fases preliminares do empreendimento, hipótese em que ficará dispensada a apresentação dos documentos a que se refere o § 2º.

§4º Quando o ambiente promotor da inovação for um mecanismo de geração de empreendimentos, a instituição gestora e os proponentes selecionados celebrarão termo simplificado de adesão ao mecanismo, hipótese em que a assinatura de outro instrumento será dispensada, inclusive na modalidade residente.

§5º A modalidade residente ocorrerá quando o interessado ocupar a infraestrutura física no mecanismo de geração de empreendimentos, de forma compartilhada ou não, pelo prazo definido no termo de adesão.

§6º A contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, será exigida daqueles que ingressarem no mecanismo de geração de empreendimentos na modalidade residente, observado o disposto no § 4º e no § 5º do art. 5º.

§7º O prazo de permanência no mecanismo de geração de empreendimentos constará do termo de adesão, de maneira a garantir ao interessado a permanência no mecanismo pelo prazo estabelecido.

§8º A autoridade competente para assinar o termo de adesão ao mecanismo de geração de empreendimentos pelo órgão ou pela entidade pública municipal será definida pelas normas internas da instituição.

#### CAPÍTULO IV DOS MECANISMOS DE INCENTIVO E ARTICULAÇÃO DO AMBIENTE DE INOVAÇÃO MUNICIPAL

#### SEÇÃO I DO FUNDO MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PARACAMBI (FMITP)

**Art. 25.** Fica criado o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP), com objetivo de promover atividades inovadoras, tecnológicas, sociais e sustentáveis do Município de Paracambi, sob a forma de programas e projetos.

**Art. 26.** O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) estará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.

§ 1º. O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) deverá realizar a prestação de contas para o Sistema Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (SMITP) semestralmente.

**Art. 27.** O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) é um fundo especial, conforme os arts. 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/1964, dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente, que efetiva o apoio financeiro, reembolsável ou não, a programas e projetos inovadores de interesse da municipalidade, assim caracterizados em conformidade à sua regulamentação.

§1º. O apoio será para planos, estudos, projetos, programas, serviços tecnológicos e de engenharia, capacitações, eventos e outras atividades de cunho inovador que resulte em soluções de interesse para o desenvolvimento do Município de Paracambi;

§2º. Poderão ser proponentes pessoas físicas ou jurídicas, instituições e órgãos governamentais.

§3º. Os recursos do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) poderão atender fluxo contínuo e a edital de chamada pública de projetos, podendo também orientar-se segundo regramento de eventual financiador/patrocinador que aportou recursos.

**Art. 29.** Constituem receitas do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP):

I. As transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, diretamente para o Fundo;

II. Dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Administração Pública Municipal;

III. Os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado nacional ou estrangeiro;

IV. Devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta Lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

V. Os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VI. Doações, legados, contribuições em espécie, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

VII. Os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

VIII. Receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo; e IX. Outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhe forem transferidos.

§1º. As receitas descritas neste artigo serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de instituição financeira que mantenha contrato com a Administração Pública Municipal.

§2º. A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação, sendo admitida somente nas hipóteses em que não venha a interferir ou a prejudicar as atividades do Fundo.

§3º. Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, para aplicação em despesas oriundas do FMI.

§4º. A Lei Orçamentária consignará, anualmente, dotação específica para cumprimento do inciso II deste artigo.



§5º. No caso de exercício em curso, quando da entrada em vigor desta Lei, deverá o Poder Executivo Municipal proceder à dotação proporcional, por meio da transferência de rubricas já constantes do orçamento.

**Art. 30.** Os recursos do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) oriunda de dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Administração Pública Municipal serão destinados para financiamento do desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados aos objetivos desta Lei:

I. Em percentual mínimo de vinte por cento para fomento à inovação nas microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao art. 65, § 2º, da Lei Complementar nº 123 de 2006;

II. Em percentual de até vinte por cento para cobrir os custos administrativos do próprio Fundo;

III. O restante do percentual dos recursos, excluídos os incisos I e II deste artigo, serão para garantir financiamentos a empreendimentos inovadores, aprovados pelo Conselho Municipal de Inovação.

**Art. 31.** Os recursos do Fundo poderão ser aplicados através de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, contratos de subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro, e outros instrumentos legais de contratação que vierem a ser celebrado pelo Município de Paracambi, com:

I. Órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, da União, Estado e municípios;

II. Entidades privadas, atuantes como ICTI;

III. Redes de entidades e empresas de direito público ou privado, que desenvolvem projetos inovadores, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo, para a execução de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou realização de eventos de interesse público do Município e,

IV.

V. Pesquisadores com interveniência de sua ICTI ou empresa, ou autônomos.

§1º. Os convênios, termos de cooperação ou acordos de cooperação poderá prever a destinação de até dez por cento do valor total dos recursos financeiros concedidos à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas.

§2º. Os recursos transferidos deverão ser movimentados em conta corrente bancária individualizada e, enquanto não utilizados na execução do objeto, aplicados no mercado financeiro em fundos lastreados por títulos da dívida pública.

§3º. Os recursos, provenientes da aplicação financeira não aplicada na consecução do objeto conveniado, deverão ser restituídos à concedente, atualizados monetariamente.

§4º. Os instrumentos celebrados poderão ter seus prazos de vigência prorrogados até o limite da legislação aplicável.

§5º. Os planos de trabalho poderão ser alterados mediante proposta, devidamente justificada e formalizada por meio de aditamento.

§6º. Quando a liberação dos recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a terceira parcela ficará condicionada à aprovação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente.

§7º. Será permitida, em caso de projeto cujo arranjo institucional envolva em sua execução mais de uma instituição, a transferência de recursos da conta bancária individualizada do convênio, termo de cooperação, termo de parceria, contrato de gestão ou do acordo de cooperação, para contas bancárias específicas do convênio, sob gestão de outros partícipes, que serão responsáveis diretos pela gestão financeira desses recursos, visando a execução do projeto, cabendo ao conveniente ou acordante destinatário desses recursos apresentar a prestação de contas consolidada à concedente.

§8º. Será permitida a utilização de ressarcimento de despesas referentes a vencimentos e obrigações patronais, desde que haja comprovação dos gastos efetuados.

§9º. Caso ocorra atraso na liberação de recursos durante a vigência do instrumento, os gastos previstos no plano de trabalho, relativos às parcelas em atraso, eventualmente antecipadas pelo conveniado, poderão ser ressarcidos, desde que necessários à continuidade do projeto.

§10. A concedente analisará a prestação de contas do convênio ou

equivalente, no prazo previsto em Lei ou no próprio instrumento que formalizou o convênio.

§11. Poderá a concedente prorrogar a vigência do convênio, termo de cooperação ou acordo de cooperação, na mesma medida de eventual atraso na liberação dos recursos, obedecido o prazo previsto em Lei ou no próprio instrumento que formalizou o convênio.

**Art. 32.** É vedada a inclusão nos instrumentos a serem celebrados, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I. Pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta concedente, por serviços, salvo nas hipóteses expressamente previstas em leis específicas;

II. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

III. O pagamento, inclusive com os recursos de contrapartida, de gratificação, consultoria, assessoria, assistência técnica ou qualquer outra espécie de remuneração e respectivas obrigações patronais a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal da concedente;

IV. A transferência de recursos para igrejas, cultos religiosos, instituições de caridade ou sindicatos de categoria econômica ou profissional;

V. Realizar despesas com publicidade, salvo de caráter educativo, informativo ou de orientação social, nas quais não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho.

**Parágrafo Único.** O Fundo poderá financiar até cem por cento do valor pleiteado de cada projeto aprovado.

**Art.33.** A gestão administrativa e financeira do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) é de responsabilidade do órgão municipal responsável pela Ciência, Tecnologia e Inovação.

**Parágrafo Único.** São atribuições do gestor do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP):

I. Representar o Fundo ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II. Prever e prover os recursos necessários ao alcance dos objetivos do Fundo;

III. Responsabilizar-se pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;

IV. Autorizar as despesas e pagamentos, dentro das disponibilidades financeiras e em conformidade com o plano de aplicação dos recursos do Fundo;

V. Movimentar em conjunto com o tesoureiro as contas bancárias do Fundo;

VI. Estabelecer e executar a política de aplicação dos recursos do Fundo, observadas as diretrizes básicas e prioritárias definidas pela administração pública municipal;

VII. Acompanhar e avaliar a realização de ações e projetos inovadores;

VIII. Elaborar o plano orçamentário e de aplicação a cargo do Fundo, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentária observada os prazos legais do exercício financeiro a que se referem; IX. Aprovar as demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo; X. Firmar convênios, acordos e contratos, visando à obtenção de recursos a serem administrados pelo Fundo;

IX. Estabelecer os regimentos, inclusive os formulários e os meios, para as prestações de contas dos projetos executados com os recursos do Fundo de acordo com a legislação municipal aplicável; e XII. Analisar e aprovar as prestações de contas.

**Art. 34.** O Fundo Municipal de Inovação Tecnológica de Paracambi (FMITP) é dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente.

**Art. 35.** O orçamento e a contabilidade do Fundo deverão evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observado as normas estabelecidas na Lei Federal nº 4.320 de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101 de 2000, bem como as Deliberações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e àquelas expedidas pelo órgão central de controle interno do Poder Executivo de Paracambi.

**Art. 36.** O proponente que não comprovar a correta aplicação dos recursos



nos prazos estipulados ficará sujeito às sanções civis, penais e administrativas previstas em lei, bem como, sujeito as Tomadas de Contas Comuns e Especiais.

**Art. 37.** O projeto contemplado pelo Fundo deverá compreender contrapartida social, na forma de amplo acesso físico e econômico ao produto e/ou serviço resultante.

§1º. A contrapartida que trata o caput deste artigo poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e/ou não financeiros.

§2º. As normas relativas à contrapartida social, conforme o caput deste artigo, serão explicitadas no Termo e/ou instrumentos congêneres assinado entre as partes.

**Art. 38.** Através de certames públicos, poderão ser contemplados projetos inovadores e de desenvolvimento, que tenham como objetivo resultado de impacto para o desenvolvimento econômico, inovador, tecnológico, social ou sustentável no Município Paracambi.

**Art. 39.** As propostas selecionadas poderão ser implementadas por meio de encomendas parciais ou ordens de serviço, especificando as razões da escolha, em especial a criticidade e/ou a especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, a vinculação a prioridade de programas de governo e/ou programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento e/ou implementação.

**Art. 40.** São condições para celebração de convênio, termo de cooperação, acordo de cooperação ou subvenção o atendimento às disposições legais, aplicáveis aos referidos instrumentos.

## SEÇÃO II DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM INSTITUIÇÕES DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICAS E FUNDOS DE INVESTIMENTO

**Art. 41.** O município de Paracambi, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar de fundos mútuos de investimento no Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação - SMCTI em conjunto com organizações cuja atividade principal seja a inovação, caracterizados pela comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas, podendo:

- Participar na qualidade de cotista de fundos mútuos de investimento com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas cuja atividade principal seja a inovação tecnológica, conforme regulamentação e nos termos da legislação vigente, observados os limites legais de utilização de recursos públicos;
- Participar do capital social de sociedade de propósito específico, visando o desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovador de interesse econômico ou social; e
- Participar de sociedade cuja finalidade seja aportar capital seed capital em empresas que nestas explorem criação desenvolvida no âmbito de Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação ou cuja finalidade seja aportar capital.

**Parágrafo Único.** A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação, na forma da Lei Federal nº 10.973 de 2004, salvo pactuado de forma distinta pelas partes, em instrumento jurídico próprio.

**Art. 42.** A Administração Indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, as fundações municipais, incluídas as agências reguladoras e as agências de fomento, que tenham como atividade principal ou secundária, definida com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores que estejam de acordo com as diretrizes e as prioridades definidas no Plano Municipal de Inovação, deverá promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei Federal nº 10.973 de 2004 e suas posteriores alterações e nesta Lei.

§1º. As entidades de que trata o caput desse artigo, estabelecerão a sua política de investimento direto e indireto, da qual constarão os critérios e as instâncias de decisão e de governança, e que conterà, no mínimo:

- A definição dos critérios e dos processos para o investimento e para seleção das empresas;
- Os limites orçamentários da carteira de investimentos;

- Os limites de exposição ao risco para investimento;
  - A premissa de seleção dos investimentos e das empresas-alvo, com base:
    - o Na estratégia de negócio;
    - o No desenvolvimento de competências tecnológicas e de novos mercados; e
    - o Na ampliação da capacidade de inovação;
  - A previsão de prazos e de critérios para o desinvestimento;
  - O modelo de controle, de governança e de administração do investimento; e
  - A definição de equipe própria responsável tecnicamente pelas atividades relacionadas com a participação no capital social de empresas.
- §2º. A participação minoritária de que trata este artigo observará o disposto nas normas orçamentárias pertinentes.
- §3º. A entidade poderá realizar o investimento:
- De forma direta, na empresa, com ou sem co-investimento com investidor privado;
  - De forma indireta, por meio de fundos de investimento constituídos com recursos próprios ou de terceiros para essa finalidade.
- §4º. O investimento de forma direta de que trata o inciso I do §3º, observará os seguintes critérios, independentemente do limite de que trata o §5º:
- O investimento deverá fundar-se em relevante interesse de áreas estratégicas ou que envolvam o desenvolvimento da inovação no Município de Paracambi;
  - O estatuto ou contrato social conferirá poderes especiais às ações ou às quotas detidas pela Entidade Pública Municipal, incluídos os poderes de veto às deliberações dos demais sócios, nas matérias em que especificar.
- §5º. Fica dispensada a observância aos critérios estabelecidos no §4º nas hipóteses em que:
- A Entidade Pública Municipal aporte somente contribuição não financeira, que seja economicamente mensurável, como contrapartida pela participação societária;
  - O investimento da Entidade Pública seja inferior a cinquenta por cento do valor total investido e haja co-investimento com investidor privado, considerada cada rodada isolada de investimento na mesma empresa.
- §6º. Os fundos de investimento de que trata o inciso II do §3º serão geridos por administradores e gestores de carteira de investimentos registrados na Comissão de Valores Mobiliários.
- §7º. O investimento poderá ser realizado por meio de:
- Quotas ou ações;
  - Mútuos conversíveis em quotas ou ações;
  - Opções de compra futura de quotas ou ações;
  - Outros títulos conversíveis em quotas ou ações.
- §8º. A participação minoritária da Entidade Pública da Administração Indireta Municipal no capital social de empresa ficará condicionada à consecução dos objetivos de suas políticas institucionais de inovação.
- §9º. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias poderão investir direta ou indiretamente nas empresas, observado o disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
- §10. As empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias poderão realizar mais de uma rodada de investimento na mesma empresa.
- §11. O investimento feito pelo Poder Executivo do Município Paracambi, poderá ocorrer somente por meio de entidade da administração indireta, a partir de instrumento específico com ela celebrado.
- Art. 43.** Ficam as Entidades Públicas da Administração Indireta Municipal, as agências de fomento, as empresas públicas e as sociedades de economia mista autorizadas a instituir fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação.



§1º. Os fundos mútuos de investimento de que trata o caput serão caracterizados pela comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, na forma estabelecida na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas.

§2º. Cabe à Comissão de Valores Mobiliários editar normas complementares sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos mútuos de investimento a que se refere o caput.

### **SEÇÃO III DO HUB TECNOLÓGICO E INCUBADORA SOCIAL DE BASE TECNOLÓGICA**

**Art. 44.** O Município, dentro do contexto de sua política municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, estimularão e apoiarão a implantação de núcleos de inovação tecnológica, incubadoras de inovações sociais e de base tecnológica, dentre outras instâncias, partes integrantes de sua estratégia para incentivar os investimentos em pesquisa e apropriação de novos conhecimentos e novas tecnologias que gerem novos negócios, ampliando a competitividade da economia local; e, novos processos mantenedores e incrementadores da qualidade de vida local e regional.

### **SEÇÃO IV DO INCENTIVO FISCAL À INOVAÇÃO**

**Art. 45.** O Projeto de Inovação que visa o desenvolvimento no município de Paracambi, mediante incentivo fiscal, deverá estar de acordo com as legislações municipais, estaduais e federais.

## **CAPÍTULO V DOS MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL**

### **SEÇÃO I DO PLANO DE SUSTENTABILIDADE DA POLÍTICA PÚBLICA DE INOVAÇÃO**

**Art. 46.** Fica instituída, no amparo desta Lei, a utilização da margem de preferência, estabelecida no art. 3º, §7º, da Lei Federal nº 8.666 de 1993, com a redação dada pela Lei Federal nº 12.349 de 2010, para o exercício do poder de compra na aquisição de produtos inovadores e contratação de projetos de ciência, tecnologia e inovação para o plano de Sustentabilidade da Política Pública de Inovação.

**Art. 47.** As unidades organizacionais, quando couber e/ou quem elaborar, do Poder Executivo Municipal deverão desenvolver, nos mesmos prazos da Lei do Plano Plurianual e considerando os mesmos períodos de aplicação, o Plano de Sustentabilidade de suas atividades.

**Art. 48.** O Plano de Sustentabilidade deve conter medidas e propostas suportadas pelo orçamento da unidade organizacional para:

- A racionalização de uso de recursos naturais;
- Ações de responsabilidade social para servidores;
- Ações de eficiência energética, investimentos em tecnologias limpas;
- Otimização da cadeia de suprimentos;
- Preservação do meio ambiente, e a reciclagem;
- Respeito aos direitos humanos;
- Proteção à saúde humana e ergonomia no ambiente de trabalho;
- Preservação da água, saneamento básico e mudança nos padrões de consumo;
- Ações de compensação ambiental.

**Art. 49.** Cada unidade organizacional deverá constituir uma comissão de gestão e controle do Plano de Sustentabilidade.

**Art. 50.** A junção e integração dos planos de sustentabilidade de todas as unidades organizacionais formará o Plano de Sustentabilidade do Poder Executivo Municipal.

**Art. 51.** Os planos e os respectivos resultados anuais devem ser publicados no Portal da Prefeitura Municipal, na rede mundial de computadores.

**Art. 52.** As compras do Município deverão exigir que as contratações a serem realizadas sejam orientadas para soluções sustentáveis.

§1º. O Município estabelecerá em seus processos de compra de serviços, quando pertinente, dentre os requisitos de qualificação dos fornecedores, o fornecimento de metodologia de controle e gestão de projetos, suportada por programa de computador, prevendo a capacitação dos servidores que farão o acompanhamento interno dos projetos e que sejam responsáveis pela aceitação das entregas.

§2º. O Município estabelecerá em seus processos de compra os requisitos de sustentabilidade a serem exigidos dos fornecedores, de acordo com Plano de Sustentabilidade elaborado e atualizado anualmente.

Art.53. Os requisitos de sustentabilidade a serem atendidos por fornecedores e prestadores de serviços serão adotados como critérios objetivos de pontuação técnica na avaliação das propostas de fornecimento para a classificação nos certames licitatórios.

### **SEÇÃO II DO PLANO DE INOVAÇÃO MUNICIPAL**

**Art.54.** Cada unidade organizacional da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, quando couber e/ou elaborar, apresentará um Plano Anual de Inovação, em sua área de ação, que será apresentado ao Conselho Municipal de Inovação, destinando, em seu orçamento anual, recursos para a sua execução.

§1º. O Plano Anual de Inovação será objeto de publicação e chamada pública, na forma da Lei e normas expedidas pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, deliberadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Inovação, para formação de parcerias com empresas de base tecnológica, centros de pesquisas e outros participantes do Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável a fim de estabelecer a sua execução.

§2º. O Plano Anual de Inovação contemplará estudos de viabilidade, projetos experimentais, aquisição de soluções do mercado, experimentos de soluções, estudos científicos de desempenho e impacto e pesquisas de novas soluções para problemas do Município.

### **SEÇÃO III DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

**Art. 55.** A Entidade Pública da Administração Indireta Municipal poderá celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria.

Parágrafo Único - A remuneração da entidade privada pela transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida e oriunda de pesquisa, desenvolvimento e inovação não impedirá a sua classificação como entidade sem fins lucrativos.

**Art. 56.** A Entidade Pública da Administração Indireta Municipal pública poderá ceder os seus direitos sobre a criação, por meio de manifestação expressa e motivada e a título não oneroso, ao criador, para que os exerça em seu próprio nome e sob a sua inteira responsabilidade, ou a terceiro, mediante remuneração, nas hipóteses e nas condições definidas na Política Municipal de Inovação e nas normas da Entidade Pública da Administração Indireta Municipal, nos termos da legislação pertinente.

§1º. O criador que se interessar pela cessão dos direitos da criação encaminhará solicitação ao órgão ou à autoridade máxima da Entidade Pública da Administração Indireta Municipal, que determinará a instauração de procedimento e submeterá a solicitação à apreciação do Conselho Municipal de Inovação.

§2º. A Entidade Pública da Administração Indireta Municipal decidirá expressamente sobre a cessão dos direitos de que trata o caput no prazo de seis meses, prorrogáveis pelo mesmo período contado da data do recebimento da solicitação de cessão feita pelo criador, ouvido o Conselho Municipal de Inovação.

§3º. A cessão a terceiro mediante remuneração de que trata o caput será precedida de ampla publicidade no sítio eletrônico oficial da municipalidade pública, na forma estabelecida em sua política de inovação.

### **CAPÍTULO VI DOS MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA CULTURA INOVADORA**

**Art. 57.** Visando a promoção da cultura empreendedora e de inovação nas escolas públicas e unidades de educação na cidade, a Administração Pública



Municipal apoiará programas que:

- Apoiem a elaboração de projetos que desenvolvam os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de empreender e inovar;
- Estabeleçam parcerias com organizações que auxiliem no processo de criação e de fomento ao empreendedorismo e a inovação;
- Apoiem eventos que visem o fomento e a difusão da cultura empreendedora e de inovação.

CAPÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 58.** Fica o Executivo Municipal de Paracambi, autorizado a buscar a melhor forma de executar as ações do programa, utilizando de forma legal e jurídica para que seja feita a sua execução.

**Art. 59.** O Poder Executivo expedirá os atos administrativos que se fizerem necessários à fiel observância dos dispositivos desta Lei.

**Art. 60.** Esta Lei será regulamentada ao prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

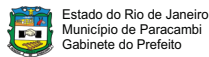
**Art. 61.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas decorrentes de aplicação da presente Lei.

**Art. 62.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 63.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.626 de 26 de julho de 2022.

Gabinete do Prefeito, 29 de julho de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.068, DE 30 DE JULHO DE 2025 =

“Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento”

**O Prefeito Municipal de Paracambi**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= DECRETA =

**Art. 1º** - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para atender as despesas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

**Parágrafo Único** – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5165/2025.

**Art. 2º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

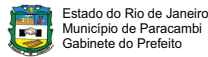
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
226	14.01.04.122.0006.2046	3.3.90.14	1.501.0100	1.000,00	-0-
227	14.01.04.122.0006.2046	3.3.90.39	1.501.0100	-0-	1.000,00
TOTAL				1.000,00	1.000,00

Fonte: 1.501.0100 – Recurso Próprio

Gabinete do Prefeito, 30 de julho de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.072, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

“Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento”

**O Prefeito Municipal de Paracambi**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= D E C R E T A =

**Art. 1º** - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 6.520,00 (Seis mil e quinhentos e vinte reais), para atender as despesas da Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

**Parágrafo Único** – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5383/2025.

**Art. 2º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

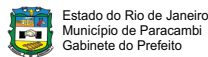
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2542	15.01.26.122.0006.2048	3.3.90.39	1.500.0084	-0-	6.520,00
166	02.01.13.392.0026.1103	3.3.90.30	1.500.0084	6.520,00	-0-
TOTAL				6.520,00	6.520,00

Fonte: 1.500.0084 – Recursos de Impostos e Transferência de Impostos

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.073, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

“Abre Crédito Adicional Especial Suplementar ao Orçamento”

**O Prefeito Municipal de Paracambi**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= DECRETA =

**Art. 1º** - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 16.900,00 (Dezesseis mil e novecentos reais), para atender as despesas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

**Parágrafo Único** – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5269/2025.

**Art. 2º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Finanças, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

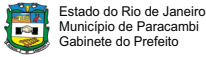
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
96	11.01.04.123.0006.2026	3.3.90.30	1.500.0084	4.000,00	-0-
902	11.01.04.123.0006.2026	3.3.90.36	1.500.0084	4.000,00	-0-
578	11.01.04.123.0006.2026	3.3.90.39	1.500.0084	8.900,00	-0-
2541	14.01.04.122.0006.2046	3.3.90.30	1.500.0084	-0-	16.900,00
TOTAL				16.900,00	16.900,00

Fonte: 1.500.0084 – Recursos de Impostos e Transferência de Impostos

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.074, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

"Abre Crédito Adicional Especial Suplementar ao Orçamento"

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= DECRETA =

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para atender as despesas do Fundo Municipal de Meio Ambiente, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5193/2025.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Meio Ambiente, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

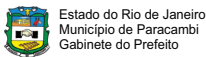
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2530	29.01.18.542.0011.2356	3.3.90.30	1.500.0084	10.000,00	-0-
2531	29.01.18.542.0011.2356	3.3.90.39	1.500.0084	10.000,00	-0-
2528	29.01.18.542.0069.2359	3.3.90.39	1.500.0084	10.000,00	-0-
2526	29.01.18.542.0006.2357	4.4.90.52	1.500.0084	10.000,00	-0-
2713	29.01.18.542.0006.2357	3.3.90.47	1.500.0084	-0-	40.000,00
TOTAL				40.000,00	40.000,00

Fonte: 1.500.0084 – Recursos de Impostos e Transferência de Impostos

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.079, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

"DISPÕE SOBRE A ÁREA DESTINADA AOS EVENTOS DE CELEBRAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE 65 ANOS DE PARACAMBI SITUADA NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES – POLO DE PARACAMBI, E DÁ OUTRAS CORRELATAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais, consoante às disposições da Lei Orgânica Municipal;

= D E C R E T A =

Art. 1º - Fica estabelecida a demarcação da área do Centro de Exposições – Polo de Paracambi, como a área destinada à realização dos eventos de celebração do aniversário de 65 anos do Município de Paracambi.

§ 1º - Nas vias constantes situadas no interior do evento fica terminantemente proibido o trânsito de veículos a motor, animais, carroça e outros congêneres.

§ 2º - Na área destinada aos eventos, só será permitida a venda de mercadorias em barracas padronizadas, todos devidamente autorizados e/ou credenciados, e nos locais determinados.

§ 3º - A autorização para a comercialização de mercadorias será dada previamente pela Superintendência de Arrecadação, Fiscalização e Tributação da Secretaria Municipal de Finanças e o credenciamento pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Secretaria Municipal de Comunicação e Juventude.

§ 4º - A permanência de barracas e/ou ambulantes não autorizados ou descredenciados comercializando produtos na área demarcada ou fora da mesma, e, ainda, nas vias de entorno, sujeitará o infrator à apreensão das mercadorias.

§ 5º - A incumbência de fiscalizar a área demarcada do evento e suas adjacências, em regime de revezamento, cabe a Fiscalização Tributária, de Postura e Sanitária do Município, com o devido auxílio dos Agentes da Guarda Municipal.

Art. 2º - As mercadorias apreendidas na forma determinada no Parágrafo 4º do art. 1º serão recolhidas e depositadas na Secretaria de Ordem Pública.

Art. 3º - As mercadorias de que trata o art. 1º e seus Parágrafos terão vigência adstrita ao período de 07/08 a 09/08.

Art. 4º - O horário oficial do término dos espetáculos promovidos pelo governo municipal será às 1h, onde deverão ser cumpridas as exigências legais no que refere-se ao volume máximo de som permitido, finalização do evento e proibição de venda de bebidas alcoólicas, cigarros e semelhantes a crianças e adolescentes, conforme art. 81 do Estatuto da Criança e Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990. Após esse período, somente será permitido a venda de bebidas alcoólicas no Camarote situado e autorizado na área central do evento, até as 3h.

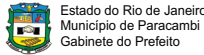
Art. 5º - Não será permitida comercialização, distribuição e consumo de bebidas em garrafas ou qualquer outro recipiente de vidro nos espaços públicos e em áreas destinadas à celebração do evento, bem como o uso de qualquer instrumento perfurocortante.

Art. 6º - O cumprimento destas determinações será fiscalizado pela Secretaria de Segurança e Ordem Pública e demais autoridades competentes, sendo passíveis de sanções administrativas e judiciais ao seu descumprimento.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com validade para período de 07 a 09 de agosto de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.080, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

"Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento"

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= D E C R E T A =

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para atender as despesas da Superintendência de Defesa Civil, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5082/2025.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com



cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Finanças, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

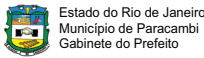
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
96	11.01.04.123.0006.2026	3.3.90.30	1.500.0084	5.000,00	-0-
769	04.01.06.122.0006.2011	3.3.90.39	1.500.0084	-0-	5.000,00
TOTAL				5.000,00	5.000,00

Fonte: 1.500.0084 – Recursos de Impostos e Transferência de Impostos

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.081, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

“Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento”

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= D E C R E T A =

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 6.520,00 (Seis mil e quinhentos e vinte reais), para atender as despesas da Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5383/2025.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

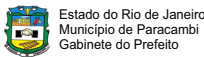
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2542	15.01.26.122.0006.2048	3.3.90.39	1.500.0084	-0-	6.520,00
166	02.01.13.392.0026.1103	3.3.90.30	1.500.0084	6.520,00	-0-
TOTAL				6.520,00	6.520,00

Fonte: 1.500.0084 – Recursos de Impostos e Transferência de Impostos

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



DECRETO Nº 6.082, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

“Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento”

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= D E C R E T A =

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para atender as despesas da Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 5270/2025.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

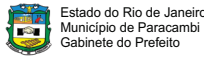
ANEXO

COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2410	14.01.04.122.0008.2047	3.3.90.39	1.500.0084	200.000,00	-0-
2542	15.01.26.122.0006.2048	3.3.90.39	1.500.0084	-0-	200.000,00
TOTAL				200.000,00	200.000,00

Fonte: 1.500.0084 – Recursos de Impostos e Transferência de Impostos

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito



= DECRETO Nº 6.083, DE 07 DE AGOSTO DE 2025 =

“Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento”

O Prefeito Municipal de Paracambi, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 1778/2024.

= D E C R E T A =

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para atender as despesas da Secretaria Executiva de Trânsito e Transporte Municipal, conforme ANEXO, com fulcro no art. 41, inciso I, art. 42 c/c art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único – O presente crédito adicional suplementar deste decreto está autorizado no artigo 13 da Lei 1778/2024 – Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme processo administrativo nº 4839/2025.

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado com cancelamento no vigente orçamento de parte da dotação orçamentária da Superintendência de Defesa Civil, conforme ANEXO que integra o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO  
Prefeito

ANEXO

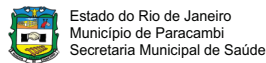
COD. REDUZIDO	PROGRAMA DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE	ANULA	SUPLEMENTA
2177	04.01.06.182.0103.1158	3.3.90.30	1.501.0100	35.000,00	-0-
2178	04.01.06.182.0103.1158	3.3.90.39	1.501.0100	35.000,00	-0-
553	15.01.26.122.0006.2048	3.3.90.39	1.501.0100	-0-	70.000,00
TOTAL				70.000,00	70.000,00

Fonte: 1.501.0100 – Recurso Próprio

Gabinete do Prefeito, 07 de agosto de 2025.

**ANDRÉ LUIZ RAMALHO CECILIANO**  
Prefeito

## SECRETARIAS



### PORTARIA Nº 33/2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, especialmente o disposto no Decreto Municipal nº 5.558, de 09 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir o fiel cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, no âmbito da execução contratual da Secretaria Municipal de Saúde;

**CONSIDERANDO** a relevância do acompanhamento sistemático da execução de contratos e convênios firmados, de modo a assegurar a transparência, o cumprimento das cláusulas pactuadas e a efetividade na entrega de bens e serviços à população;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica criada, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Paracambi, a Comissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar todos os contratos administrativos celebrados por esta Pasta, bem como a execução dos serviços, entregas de bens e cumprimento das obrigações contratuais, excetuando-se os contratos que envolvam serviços técnicos especializados que demandem avaliação técnica própria.

**Art. 2º** Compete à Comissão:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, com exceção dos relativos à prestação de serviços técnicos especializados;
- II – Verificar a conformidade das entregas de bens e serviços com os prazos, preços e condições contratuais estabelecidas;
- III – Emitir pareceres e relatórios periódicos sobre a execução contratual e eventuais irregularidades constatadas;
- IV – Sugerir medidas corretivas para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais;
- V – Orientar os gestores e responsáveis pelos contratos quanto às normas legais e regulamentares aplicáveis, em conformidade com o Decreto nº 5.558/2023;
- VI – Comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades, podendo sugerir, quando for o caso, a aplicação de penalidades;
- VII – Propor a revisão ou rescisão de contratos em caso de falhas relevantes na execução ou descumprimento das cláusulas contratuais;
- VIII – Analisar os processos de pagamento vinculados aos contratos, verificando a compatibilidade dos valores e condições com o pactuado, antes da liberação de quaisquer pagamentos.

**Art. 3º** A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

- I – João Lucas Esteves de Araújo – Matrícula 15758 – Superintendente Técnico – Presidente;
- II – Marcelo da Silva Caravana – Matrícula 36/13603 – Chefe de Fiscalização – Membro;
- III – Tainá Rodrigues da Silva – Matrícula 15787 – Diretora de Administração e Patrimônio – Membro.

**Parágrafo único.** Os membros da Comissão poderão ser substituídos por ato da Secretária Municipal de Saúde, mediante justificativa formal, sempre que necessário.

**Art. 4º** A Comissão terá caráter permanente, com atuação contínua, devendo realizar reuniões periódicas e garantir que todos os relatórios e fiscalizações sejam elaborados nos prazos definidos.

**Art. 5º** Fica dispensada a necessidade de convocação específica para

atuação da Comissão, cuja competência se estende, de forma contínua, a todos os contratos da Secretaria Municipal de Saúde, excetuando-se os relativos a serviços técnicos especializados.

**Art. 6º** A Comissão deverá apresentar relatórios trimestrais de suas atividades, que deverão ser encaminhados à Secretária Municipal de Saúde para análise e deliberações cabíveis.

**Art. 7º** Os membros da Comissão exercerão suas atribuições de fiscalização sem prejuízo das funções próprias de seus respectivos cargos efetivos ou comissionados, e sem percepção de qualquer gratificação, acréscimo pecuniário ou outra forma de remuneração adicional em razão da designação ora conferida.

**Art. 8º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Ficam revogadas todas as disposições em contrário, especialmente aquelas constantes de portarias anteriores que tratem da fiscalização de contratos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de Paracambi,

Paracambi, 29 de julho de 2025.

Monique C. Ribeiro Pimentel Torres  
Secretária Municipal de Saúde  
Matrícula Nº 15.655



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Secretaria Municipal de Administração



### PORTARIA 135/25 DE 06 DE AGOSTO 2025

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, da Prefeitura Municipal de Paracambi, por nomeação na forma da lei.

#### R E S O L V E:

Conceder ao (a) servidor (a), Millayne Monteiro Andrade de Melo, Matrícula nº36/13191, Recepcionista, do Quadro Permanente da Secretaria Municipal de Saúde, 1 (um) ano, de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, com início em 11 de agosto de 2025 e término em 11 de agosto de 2026, de acordo com o que dispõe o art. 97 da Lei Municipal nº1.225/17 de 19.05.17 e Processo nº5392/2025.

**ANA PAULA PEREIRA ALVES**  
Secretária Municipal de Administração



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Paracambi  
Secretaria Municipal de Administração



### PORTARIA 136/25 DE 06 DE AGOSTO DE 2025

**A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, da Prefeitura Municipal de Paracambi, por nomeação na forma da lei.

#### R E S O L V E:

Conceder ao (a) servidor (a), Mirian Larrubia Mattoso, Matrícula nº 36/13102, Recepcionista, do Quadro Permanente da Secretaria Municipal de Saúde, 01 (um) mês (s) de Licença (Prêmio), referente ao(s) período(s) (2017/2022), com início 11 de agosto de 2025 e término em 09 de setembro de 2025, de acordo com o que dispõe o art. 100 da Lei Municipal nº 1.225/17 de 19.05.17 e Processo nº31/2024.

**ANA PAULA PEREIRA ALVES**  
Secretária Municipal de Administração

#### TERMO DE AUTORIZO DE DISPENSA

PROCESSO Nº 3641/2025  
DISPENSA Nº 11/2025

No uso de minhas atribuições legais, na qualidade de Ordenador de Despesa com base art. 75, inc. II da Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal nº 5.558/2023, AUTORIZO a contratação de Dispensa Direta Nº 11/2025, oriundo do PROCESSO Nº 3641/2025 no valor de R\$58.830,00 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta reais) em favor de ADRIANA ANACLETO ROCHA SOUZA, cadastrada no CNPJ: 44.179.507/0001-20, considerando o OBJETO: Contratação de empresa para serviços de café da manhã e aluguel de mesas



e cadeiras, para atender a Palestra Motivacional e retorno das Aulas do Segundo Semestre da Secretaria Municipal de Educação, a ser realizado no dia 12 de agosto de 2025, no Centro de Convenções, situado na RJ 127 S/N, Lages- Paracambi- RJ.

Paracambi, 06 de agosto de 2025.

ROBERTA FORNASIER CORREA  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZO DE DISPENSA

PROCESSO Nº 5439/2025  
DISPENSA Nº 12/2025

No uso de minhas atribuições legais, na qualidade de Ordenador de Despesa com base art. 75, inc. II da Lei Federal nº 14.133/2021 – Decreto Municipal nº 5.558/2023, AUTORIZO a contratação de Dispensa Direta nº 12/2025, oriundo do PROCESSO Nº 5439/2025 no valor de R\$ 27.998,20 (vinte e sete mil novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos) em favor de GRÁFICA CALAIS, cadastrada no CNPJ: 00.965.193/0001-15, considerando o OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PARACAMBI.

Paracambi, 06 de agosto de 2025.

NELSON FREITAS  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA

TERMO DE AUTORIZO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº1339/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 022/2025

No uso de minhas atribuições legais, na qualidade de Ordenador de Despesa, com base no Art. 74 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 5.558/2023. AUTORIZO a contratação direta por INEXIGIBILIDADE Nº022/2025, oriundo do PROCESSO Nº1339/2025, em favor do Contratado: ANGELINA REIS ALESSIO GASPAR- CPF:124.102.857-59, cujo objeto LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS- no valor mensal de R\$ 2.200,00 ( Dois mil e duzentos reais) mensal, para o período de 12 meses, sob a responsabilidade da Sec. Mun. da Secretaria de Municipal de Direitos Humanos. Em, 06 de agosto de 2025.

Lorena Zacarias da Silva Aguiar  
Secretaria Municipal de Direitos Humanos

AVISO DE PRORROGAÇÃO

Chamamento Público n.º 001/2025/FMS  
Processo Administrativo nº 2888/2025  
O Fundo Municipal de Saúde de Paracambi, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a prorrogação do prazo de recebimento de documentação para o CREDENCIAMENTO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PROCEDIMENTOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, CITOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA, DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, nos termos do Edital de Credenciamento nº 001/2025, publicado em conformidade com a Lei nº. 8.080/90, Resolução ANVISA n.º 786/2023 e demais legislações aplicáveis. Nos termos do item 13.1 do referido Edital, o prazo de 30 (trinta) dias inicialmente estipulado para o recebimento de documentação fica prorrogado por igual período, a contar da data de publicação deste aviso, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório. A entrega dos envelopes contendo a documentação exigida continuará sendo no seguinte endereço: Rua Coronel Othon, nº 456 Centro – Paracambi/RJ, das 10 às 12h e das 13 às 17h, em dias úteis.. O Edital completo e demais informações estão disponíveis no portal oficial do Município: [www.paracambi.rj.gov.br](http://www.paracambi.rj.gov.br).

Paracambi/RJ, 06 de agosto de 2025.

Monique C. R. Pimentel Torres  
Secretária Municipal de Saúde  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

ERRATA

Onde se lê:  
01 (um) ano e 01 (um) mês.

Leia-se:  
02 (dois) anos.

Atenciosamente,

Ana Paula Pereira Alves  
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO: 4785/2025  
CONTRATO: 054/2025  
PARTES: Secretaria Municipal de Educação e Dalmir Sant'anna Treinamentos LTDA  
OBJETO: Contratação de palestrante para evento comemorativo ao 65º aniversário de emancipação de Paracambi realizado no dia 12 de agosto de 2025.  
VALOR: R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)  
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.  
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5.558/2023.  
DATA DA ASSINATURA: 06/08/2025

ROBERTA FORNASIER CORREA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 154/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025  
CONTRATO Nº 04/2025  
PARTES: COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO e LUCIANA S PINTO PADARIAME  
OBJETO: Aquisição de Gênero alimentício  
VALOR: R\$480.485,20 (quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos).  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.303/2016 e 14.133/21  
DATA DA ASSINATURA: 05/07/2025

Para demais informações contato via e-mail: [comdep@paracambi.rj.gov.br](mailto:comdep@paracambi.rj.gov.br), telefone: (21) 9 9078-3166 ou acesso pelo link: <https://pncp.gov.br/app/editais/36474161000164/2025/6>

Paracambi, 07 de agosto de 2025.

VICTOR DIAS MAIA SOARES  
Diretor Presidente  
Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº150/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025  
CONTRATO Nº 02/2025  
PARTES: COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO e ETERNUS SERVIÇOS E COMÉRCIO EM GERAL LTDA.  
OBJETO: Aquisição de uniformes para os funcionários da Companhia Municipal De Desenvolvimento De Paracambi.  
VALOR: 2.457,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta e sete reais).  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.303/2016 e 14.133/21  
Para demais informações contato via e-mail: [comdep@paracambi.rj.gov.br](mailto:comdep@paracambi.rj.gov.br), telefone: (21) 9 9078-3166 ou acesso pelo link: <https://pncp.gov.br/app/editais/36474161000164/2025/1>

Paracambi, 05 de agosto de 2025.

VICTOR DIAS MAIA SOARES  
Diretor Presidente  
Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi



EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº150/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025  
CONTRATO Nº 03/2025  
PARTES: COMPANHIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO e TIGARE CONFECÇÕES.  
OBJETO: Aquisição de uniformes para os funcionários da Companhia Municipal De Desenvolvimento De Paracambi.  
VALOR: R\$100.895,80 (Cem mil oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).  
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 13.303/2016 e 14.133/21.  
DATADA ASSINATURA: 04/08/2025

Para demais informações contato via e-mail: comdep@paracambi.rj.gov.br, telefone: (21) 99078-3166 ou acesso pelo link: <https://pncp.gov.br/app/editais/36474161000164/2025/1>

Paracambi, 05 de agosto de 2025.

VICTOR DIAS MAIA SOARES  
Diretor Presidente  
Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 179/2025  
Modalidade: Dispensa de Licitação 03/2025  
Fundamento Legal: Art. 29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016  
Objeto: Contratação de empresa especializada em realização de serviços médicos ocupacionais, com foco na realização de exames clínicos e complementares previstos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi - COMDEP  
Contratada: MEDIC-LIFE CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 05.069.001/0001-06  
Valor Total: R\$ 93.284,30 (noventa e três mil duzentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos).  
Data da Autorização: 06/08/2025.

Victor Dias Maia Soares  
Diretor-Presidente  
Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi – COMDEP

**Não desvie o olhar.**



**Fique atento. Denuncie.**

**PROTEJA**

nossas crianças e adolescentes da violência.

Procure o Conselho Tutelar ou disque 100



São  
**10 MINUTOS**  
**POR SEMANA**  
para se proteger



**75% DOS FOCOS**  
**DO MOSQUITO**  
estão nos domicílios

**EM CASO**  
**DE SINTOMAS**  
procure uma  
Unidade de Saúde



Febre alta  
e/ou persistente.



Dor na barriga e  
vômitos persistentes



Dores musculares  
e nas articulações.



Manchas vermelhas  
e coceira pelo corpo.



**HIDRATE-SE**  
e não tome remédios por conta própria